

PESQUISAS DE ECONOMIA DA PRODUÇÃO E  
ADMINISTRAÇÃO RURAL NA  
REGIÃO SUL DO BRASIL

HUMBERTO V. RICHTER (\*)

1 — PESQUISAS NO RIO GRANDE DO SUL

Os órgãos que vêm fazendo pesquisa em Economia Rural, nas áreas específicas de Economia da Produção e Administração Rural são os seguintes:

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Ministério da Agricultura;
- ASCAR;
- SUDESUL;
- INCRA;
- Firms consultoras.

Cada uma dessas instituições será analisada a seguir, quanto ao volume e qualidade dessas pesquisas.

1.1 — *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Somente as Faculdades de Agronomia e de Ciências Econômicas têm feito trabalhos em Economia Rural.

A Faculdade de Agronomia, através do Departamento de Ciências Sociais Rurais (DCSR), produziu poucos trabalhos, do tipo descritivo, relacionado mais com comercialização agropecuária do que propriamente Administrativo Rural ou Economia da Produção. Com a extinção do Departamento de Ciências Sociais Rurais, quase que somente o setor de Solos está procurando desenvolver estudos econômicos tais como funções de produção. Esses estudos se baseiam em experimentos bem delineados de fertilização, sendo que estão

---

(\*) Professor de Economia Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE).

obtendo os primeiros resultados de calibração de solos. Será nos próximos anos, um dos setores mais importantes de pesquisas de solo do Brasil. Como a preocupação desse grupo é a de obter dados sobre a viabilidade econômica das práticas de correção a fertilização de solos, os resultados que obtiverem serão valiosos para qualquer política de Desenvolvimento agrícola integrado, uma vez que servirão de subsídios para políticas de preços, programas de aumento de produtividade, políticas de fomento de culturas, e, inclusive, de Crédito e Extensão Rural. Evidentemente, se pressupõe que as instituições que atuam no meio rural possuam técnicos que sejam capazes de manipular os dados e informações obtidas das pesquisas da Universidade, e daí elaborarem instrumentos de políticas econômicas. Lamentavelmente, a minha opinião é de que a realidade está muito afastada dessa hipótese. Na verdade, parece que esse, é o principal obstáculo à utilização efetiva dos resultados das pesquisas para resolver os problemas rurais brasileiros. Esse assunto será comentado, com alguns argumentos adicionais, na apresentação dos estudos do IEPE, que seguem após.

A Faculdade de Ciências Econômicas, através do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE), é responsável por mais de 80% da quantidade total de pesquisas em economia rural, nos 3 estados da região Sul, nos últimos 10 anos. E praticamente todos os projetos de pesquisas e teses de pós-graduação têm como principal preocupação de estudar e indicar soluções para problemas situacionais existentes no meio rural. Nesses trabalhos, quase sempre há recomendações específicas para políticas e programas econômicos. Alguns desses estudos tiveram profunda influência sobre decisões de órgãos governamentais ao nível, municipal, estadual e federal. Como exemplo, os estudos de crédito rural influenciaram decisivamente na reformulação das normas e condições do sistema de Crédito Rural no Brasil. Outros estudos serviram de motivação para Conselhos Comunitários Municipais e para Prefeituras elaborarem programas de desenvolvimento local. Também o serviço de extensão rural tem se beneficiado desses estudos, como por exemplo, os do Banco Mundial, principalmente em relação aos programas planejamentos de propriedade. Além disso, alguns estudos da pecuária, tem sido embasados nas pesquisas do setor pecuário, desenvolvidas pelo IEPE. Entretanto, parece que o aproveitamento de todos esses projetos e pesquisas, para fins de elaboração e execução de políticas econômicas, tem

sido muito baixo. Uma das causas para que isto ocorra está relacionada ao problema já discutido anteriormente, da capacidade das instituições de poderem avaliar os resultados das pesquisas. Em geral, os técnicos dessas instituições preferem ler estudos mais descritivos do que analíticos. Qualquer estudo de nível um pouco mais sofisticado recebe pouca atenção e, mesmo quando é lido, dificilmente parece ser compreendido. A outra causa é a maneira como os estudos são publicados. Não há um serviço de vulgarização dos dados, função essa que deveria ser desempenhada por um setor de extensão. Em outras palavras, seria necessário divulgar os resultados das pesquisas em uma forma mais simples e objetiva de modo a poderem ser usadas pelos órgãos que atuam no setor rural. A terceira causa é de que a maioria das instituições não tem técnicos especializados em economia rural, fazendo com que os trabalhos de pesquisa nesse campo não sejam utilizados por essas instituições. A Secretaria da Agricultura, por exemplo, só a partir da gestão do novo Secretário passou a se interessar no desenvolvimento desse setor, tendo obtido o concurso de três economistas rurais, sendo dois brasileiros, com mestrado do IEPE, e um técnico alemão. O próprio Ministério da Agricultura passou a formar um grupo de assessoramento com especialização em Economia Rural, somente nos últimos anos. Isto não quer dizer que não tenha havido tentativas da Secretaria da Agricultura de fazer análises econômicas. Muitos dos seus técnicos, sendo alguns professores da Faculdade de Agronomia, tem colaborado em estudos econômicos com outras instituições. Foi inclusive publicado um trabalho sobre pastagens no Rio Grande do Sul, pela Secretaria da Agricultura, onde é apresentada uma análise superficial sobre a viabilidade econômica de pastagens melhoradas. A colaboração de técnicos da Secretaria da Agricultura também se fez presente na publicação conjunta do IEPE e da Faculdade de Agronomia sobre a viabilidade econômica de pastagens melhoradas no inverno na região dos campos de Cima da Serra. Contudo nunca se estabeleceu um setor organizado e atuante de Economia Rural.

Existe também, ultimamente, uma grande preocupação de desenvolver pesquisas em Economia Rural. Mesmo instituições que não tem por função específica desenvolver pesquisas o estão fazendo. Isto cria uma série de problemas para os órgãos dedicados à pesquisa. O primeiro problema

é que se cria excesso de demanda de recursos para pesquisas e nem sempre as instituições mais capacitadas tem tido sucesso na sua obtenção. O segundo problema é que, no afã de se atender a exigências superiores de produzir resultados econômicos, muitos estudos e pesquisas cognominados de “econômicas”, às vezes não têm nenhuma análise econômica, ou quando têm, são análises muito singelas e incompletas. O terceiro problema é que a tentativa de fazer pesquisas, por um órgão que não tem infra-estrutura, quase sempre, termina em insucesso, resultando em desperdício de recursos, desvirtuamento das funções da instituição, descrédito sobre a importância da pesquisa e enfraquecimento da posição do técnico. Para essas instituições um setor especializado de Economia Rural deveria ter funções de analisar pesquisas desenvolvidas por outros órgãos e de usar seus resultados como base de programas de atuação e políticas econômicas.

## 1.2 — INCRA

Através de acordo celebrado com o IICA e o governo do Estado, o INCRA se propôs a fazer o levantamento dos recursos naturais e humanos do setor rural do Rio Grande do Sul. O levantamento sócio-econômico foi feito, tendo sido levantados 4.488 produtores rurais, durante 2 anos, por 33 regiões “estatísticas típicas”.

O diagnóstico ainda não está completo e o prognóstico recém iniciado, principalmente devido a problemas na programação para o computador. Os resultados alcançados até aqui foram apresentados em um seminário em que participaram técnicos de todas as instituições que atuam no setor rural. O diagnóstico foi apresentado em forma descritiva, mostrando a estrutura das unidades produtivas e o uso e produtividade dos recursos, terra, capital e mão-de-obra. Como o INCRA não tem infra-estrutura de pesquisa (e parece não ser sua função específica fazer pesquisas), e o estudo ter sido muito amplo, as dificuldades que seus técnicos enfrentaram foram muitas. A maioria dessas dificuldades poderiam ser evitadas se fosse usada a infra-estrutura de pesquisa de Universidades, e o custo provavelmente seria menor. Com isto se evitaria o paralelismo de pesquisas, que é um sério problema no Brasil, bem como se reduziria o problema da pulverização de recursos que são tão escassos.

### 1.3 — ASCAR (*Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural*)

Tendo sido pioneira em estudos de Administração Rural no Estado, já possuía um setor de Economia Rural em 1960, com a supervisão e colaboração de técnicos do IICA. As pesquisas tinham por objetivos conseguir dados que possibilitassem o planejamento de eficientes programas de extensão rural. Além disso, se obtinham informações que poderiam servir de subsídios para políticas e programas governamentais. A ASCAR não deu continuidade a esses estudos, extinguindo o setor de Economia Rural que já havia criado, inclusive, um setor de planejamento de propriedades rurais. Em 1971, um dos seus técnicos, que obteve mestrado em Economia Rural do IEPE, veio reavivar o setor de Economia Rural da ASCAR, onde pretende desenvolver estudos sobre custos de produção e planejamento de propriedades rurais, com a orientação de técnicos extensionistas. Como a ASCAR não tem infra-estrutura para desenvolver pesquisas, é provável que sua produção de estudos econômicos ficará muito limitada e mais dirigida para seus programas de Extensão: Se tentar desenvolver pesquisas mais ambiciosas e em maior volume, irá enfrentar uma série de problemas, além de criar pesquisas paralelas às que vem sendo desenvolvidas pela U.F.R.G.S.

### 1.4 — *Ministério da Agricultura*

O Ministério da Agricultura desenvolveu alguns poucos estudos de Economia Rural, mais com o objetivo de avaliar economicamente resultados de pesquisas biológicas. Duas instituições se destacam nesse aspecto no Rio Grande do Sul: IPEAS em Pelotas e a Estação Experimental Cinco Cruzes em Bagé. O IPEAS, através do seu setor de Estatística Experimental e Análise Econômica, e contando com o assessoramento de dois técnicos do IICA, recentemente passou a desenvolver com maior intensidade análises econômicas das pesquisas biológicas desenvolvidas naquele Instituto. Contudo, os resultados só irão aparecer dentro de alguns anos. Os técnicos desse setor planejam especializar-se e/ou tirar cursos de pós-graduação em Economia e Economia Rural para poder desenvolver estudos mais sofisticados e que possam servir de subsídios aos programas e políticas do Ministério da Agricultura.

A Estação Experimental Cinco Cruzes possui uma massa muito grande de dados biológicos obtidos de bons delineamentos experimentais de diversos anos. Houve uma tímida tentativa há alguns anos, de calcular os custos de produção de uma pastagem perene desenvolvida pela Estação. Em 1970, através do assessoramento de técnicos do IICA, dentro do projeto DNPEA 3.5.1 — IPEAS 9/70, desenvolveu-se um trabalho sobre “Um sistema de produção misto: bovinos de corte e ovinos para uma região do Estado do Rio Grande do Sul”. Usando a técnica de orçamento parcial e sistemas integrais de produção, baseados em práticas e técnicas desenvolvidas pela Estação montou-se o perfil de uma propriedade de pecuária de 879 hectares. Mas é um projeto que deverá ser implantado num prazo de 8 anos. Portanto, cremos, não será de imediato que a Estação irá fornecer dados econômicos úteis para políticas econômicas, a não ser que franqueie seus resultados para pesquisadores de Universidades para fins de análise econômica.

#### 1.5 — *Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL)*

A SUDESUL vem desenvolvendo dois grandes projetos, ou seja, Projeto Sudoeste-1 e Projeto Regional da Lagoa Mirim. Os projetos são desenvolvidos em forma de fases. As fases são contratadas com firmas consultoras e os andamentos dos trabalhos são alimentados por ordens de serviço. A função dos técnicos da SUDESUL (Grupo Técnico) é a de fiscalizar o atendimento das ordens de serviços, de avaliar os resultados apresentados e de exercer atividades técnicas que auxiliem no andamento dos trabalhos. Os resultados são apresentados em forma de relatórios internos, que, após aprovados pelos técnicos da SUDESUL, são multiplicados em quantidades que possam ser distribuídos entre as instituições do Grupo Consultivo que são em número de vinte e nove. Portanto, os trabalhos são de divulgação restrita e não são publicados para distribuição a órgãos que não participem do Grupo Consultivo.

O Projeto Sudoeste-1 tem por finalidade promover estudos básicos e atividades técnicas, que possam promover o desenvolvimento econômico da região atingida pelas bacias hidrográficas do Rio Ibicui e Rio Quaraí, numa área de 72.000 km que atingem a 19 municípios. Foi feito um diagnóstico preliminar da região, estabelecendo-se um zonea-

mento genérico em sub-regiões homogêneas, tendo como base as atividades de agricultura e de pecuária, e foram implantados dois projetos-piloto um de Agricultura, em São Pedro do Sul, e outro de Pecuária em Santana do Livramento. Os projetos-piloto, com objetivos de efeitos demonstrativos, procuram testar recomendações técnicas diretamente junto a produtores rurais. O Projeto Piloto em São Pedro do Sul está sendo desenvolvidos atualmente em 15 propriedades, tendo sido recuperado o Posto Agropecuário do Ministério da Agricultura. O Projeto Piloto em Santana do Livramento envolve 10 fazendas. O Município de Alegrete, considerado como representativo para toda a área estudada, foi selecionado para um estudo de viabilidade técnico-econômico, que teve a duração de 12 meses, sendo que após foi implantado um Projeto Pioneiro de atuação naquele município junto aos fazendeiros. Diversos trabalhos estão sendo desenvolvidos junto aos produtores, bem como estudos de mercado. Desde 1971 estão também desenvolvendo custos de produção, a nível de propriedade. Os relatórios já elaborados superam a casa das centenas.

O Projeto da Lagoa Mirim, que iniciou em 1963 na forma de uma Comissão Mista Brasileira-Uruguaiana, foi incorporado a SUDESUL em 1971 sob a forma de departamento. Com objetivos semelhantes ao do Projeto Sudoeste, visa desenvolver a bacia da Lagoa Mirim, que no lado brasileiro atinge os municípios de Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, compreendendo a chamada “Baixada Sul-Rio-grandense”, numa área de 29.250 km<sup>2</sup>. Já foram publicados cerca de 300 relatórios técnicos e econômicos sobre os estudos realizados na região tanto do lado uruguaio como brasileiro, contudo não foi feita nenhuma publicação. A biblioteca da SUDESUL selecionou 120 desses relatórios e está elaborando sinopses dos mesmos. Para exemplo, apresentamos os títulos de seis desses trabalhos.

- Custos de produção de vários cultivos e carnes.
- Cálculo de viabilidade econômica. Arranjo Grande-Chasqueiro.
- Analisis economico del projecto regional de la laguna merin.
- Estudo sobre a pecuária na região da bacia da Lagoa Mirim.
- Produção e produtividade do setor agropecuário.
- As formas de administração rural.

### 1.6 — *Firmas Consultoras*

Diversas firmas particulares, tais como ASPLAN e Planisul, desenvolveram atividades como consultores para diversos projetos de desenvolvimento. Assim, fizeram e fazem tarefas específicas para a SUDESUL, para o Programa de Desenvolvimento Integral da Região Taquari-Antas (patrocínio da Secretaria Estadual de Obras Públicas), Estudo da Bovinocultura do Rio Grande do Sul, para o Banco Nacional do Comércio, e outros trabalhos. Em geral os estudos dessas empresas são feitos a nível macroeconômico e com dados secundários. Em alguns estudos, como é o caso do Projeto Taquari-Antas, foi feito um "survey" a nível das propriedades rurais, cujos resultados foram apresentados em forma descritiva. Mas quase não é feita análise econômica desses resultados. Assim, pode-se dizer que, em geral, as firmas consultoras fazem estudos superficiais de Administração Rural, e quase nada de Economia da Produção.

### 1.7 — *Outras Instituições*

Existem órgãos tais como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o CONDEPE, que embora sejam instituições de caráter creditício, também se envolvem em estudos de natureza econômica. Seus técnicos participam muitas vezes de estudos econômicos, embora, na maioria dos casos, sejam de nível macroeconômico.

O Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA) tem um setor de Estatística da Produção que elabora anualmente o custo de produção da cultura do arroz. Com uma metodologia detalhada e criteriosa, é calculado num custo de produção cujos componentes são determinados através de médias ponderadas de informações colhidas pelos técnicos junto aos produtores. O problema desse custo estimado é de que não representa o custo de nenhum sistema típico de produção. Isto tira toda a operacionalidade do valor calculado e não permite seu uso como subsídio para políticas de preços.

Da mesma maneira, federações das classes de pecuaristas e das cooperativas de trigo, respectivamente, FARSUL e FECOTRIGO, elaboram custos de produção anual. As estimativas a que chegam apresentam o mesmo problema do custo de produção calculado pelo IRGA.

## 2 — PESQUISA EM SANTA CATARINA

Praticamente só três instituições fazem pesquisa em Economia da Produção e Administração Rural em Santa Catarina. São a Universidade Federal de Santa Catarina, o Ministério da Agricultura e a ACARESC. Pela apresentação que segue pode-se observar que o volume de pesquisas é pequeno.

### 2.1 — *Universidade Federal de Santa Catarina*

Através de seu Departamento de Economia, a U.F.S.C. participou do “Projeto de Formação de Capital” em convênio com a Universidade Estadual de Ohio. Seu setor de Economia Rural está em formação e dois dos seus docentes completaram a parte teórica do mestrado em Economia Rural do IEPE em Porto Alegre. Um deles está fazendo sua tese com dados do projeto de Formação de Capital, levantados no município de Turvo, devendo completar seu trabalho no corrente mês. Com sua volta à UFSC, o outro docente irá a Porto Alegre elaborar sua tese. Além desses docentes, dois estão fazendo o mestrado em Economia, também no IEPE. Assim, no futuro, haverá um núcleo de docentes, com nível de Mestrado que poderão desenvolver pesquisas econômicas do setor rural que sirvam de subsídios a políticas econômicas.

### 2.2 — *Ministério da Agricultura*

As pesquisas em Economia Rural são desenvolvidas principalmente pelo IPEAS. O volume de estudos é muito pequeno e são voltados para análises econômicas superficiais dos resultados de pesquisas biológicas. Quanto a estudos do GESCO, do Ministério da Agricultura só se tem notícias de cujo projeto foi elaborado pelo ETAE, em Brasília, o GESCO uma pesquisa sobre técnicas utilizadas na cultura do arroz, do Rio Grande do Sul também está envolvido nesse projeto, estudando a cultura da soja.

### 2.3 — *ACARESC*

A ACARESC é responsável por algumas pesquisas em Administração Rural e Economia Rural em Santa Catarina juntamente com o Ministério da Agricultura, com o qual tem convênio. Contudo, também tem sido análises superficiais. Com o treinamento pós-graduado do Coordenador de Esta-

tística da ASCARESC, que completou a parte teórica do mes-  
trado em Economia Rural do IEPE, e a vinculação com a  
Secretaria da Agricultura, uma vez que o Secretário Execu-  
tivo também é Secretário da Agricultura, atualmente, é pro-  
vável que a ASCARESC desenvolva estudos de Administra-  
ção Rural em diversos municípios. Como é o caso da ASCAR  
o objetivo desses estudos é obter uma boa base para desen-  
volver os programas de Extensão Rural.

### 3 — PESQUISAS NO PARANÁ

Embora seja um Estado próspero com um setor agrí-  
cola em franco desenvolvimento, o Paraná não tem setor de  
Economia Rural em nenhuma instituição. Apenas o Minis-  
tério da Agricultura e a ACARPA desenvolvem alguns poucos  
estudos econômicos superficiais. Parece que a Secretaria da  
Agricultura e o Instituto Brasileiro do Café desenvolveram  
alguns estudos de nível macroeconômico, o mesmo aconte-  
cendo com o Banco do Desenvolvimento do Estado do Para-  
ná. Embora o autor tenha solicitado subsídios a pratica-  
mente todos os órgãos que atuam no setor rural do Paraná,  
não foi possível obter maiores informações.

### 4 — COMENTÁRIO FINAL

O autor fez um inventário e uma análise dos trabalhos  
e pesquisas que lhe foram enviados pelas instituições dos  
três Estados sulinos. É possível que existam outros traba-  
lhos dos quais não foi possível conseguir informações.

### 5 — ANEXOS

Título dos trabalhos de pesquisas em andamento na re-  
gião sul do Brasil na área de Economia de Produção e Admi-  
nistração Rural:

*Estudo de Administração Rural em Pelotas. Rio Grande do  
Sul — Brasil*

*Estudo de Administração Rural em Alegrete*

*Estudo de Administração Rural em Ibirubá*

*Pesquisa Sobre as Técnicas Utilizadas na Cultura de Soja*

*Bovinos de Corte e Ovinos: Um Sistema de Produção Mista  
para Uma Região do Rio Grande do Sul*

*Pesquisa Sócio-Econômica dos Produtores de Aspargo na  
Região de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul*

- Levantamento de Recursos Naturais, Sócio-Econômicos e Institucionais do Estado*
- Pesquisa sobre as Técnicas Utilizada nas Cultura do Arroz — Santa Catarina*
- Qual o Lucro com Adubação no Trigo?*
- Ensaios de Adubação e Calagem — Trigo em Rotação com Soja no Estado de Santa Catarina*
- Contribuição ao Diagnóstico da Pecuária Paranaense*
- Eficiência no Uso dos Recursos na Produção Agropecuária em Alegrete e Ibirubá, Rio Grande do Sul, Ano Agrícola 1960/61*
- Aspectos Econômicos do Melhoramento de Pastagens com Espécies de Inverno, na Região Fisiográfica dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul, Brasil-1969*
- Influência Econômica do Projeto Piloto de Crédito Rural Sobre as Empresas Agrícolas de Ibirubá — Rio Grande do Sul, Brasil*
- Determinação dos Coeficientes Técnicos para Operações Agrícolas*
- Uma Análise Econômica de Uso de Crédito Rural e de Problemas de Política Creditícia no Estado do Rio Grande do Sul*
- Formação de Capital e Mudanças Tecnológicas ao Nivel de Empresas Rurais — Lajeado, Carazinho e Não-Me-Toque — RS*
- Custo de Produção dos Principais Produtos Básicos de Alimentação no Rio Grande do Sul*
- Preço Médio Pago ao Nivel do Produtor Rural no Rio Grande do Sul pelo Quilo Vivo de Bovinos de Corte de 1957 a 1968. Deflacionado a Nivel de 1960*
- Tamanho da Propriedade e Renda Agrícola — Santa Cruz do Sul — RS*
- Comparações entre Pastoreio Contínuo Controlado e Pastoreio Rotativo Controlado em Pastagem Nativa e Cultivada de Inverno e Cultivada de Verão*
- Sistemas Predominantes de Exploração e Produtividade em Pecuária no Rio Grande do Sul*

*Relação do Tamanho da Propriedade Rural com Sua Organização, Produção e Renda na Área da Antiga Santa Rosa — RS*

*Análise e Planejamento de uma Empresa Rural de Lajeado — RS*

*Formação de Capital e Mudanças Tecnológicas ao Nível de Empresas Rurais — São Borja — RS*

*Análise Econômica do Sistema Produtivo e Uso de Nova Tecnologia na Exploração de Gado de Corte — Bagé — Rio Grande do Sul*

*Repercussão Econômico-Social de Recuperação de Solos — Ibirubá — RS*

*Análise Comparativa dos Efeitos Econômicos da Recuperação de Solos — Ibirubá — RS*

*Projeto Piloto de Crédito Rural — Ibirubá — RS*

*Estrutura e Produtividade do Capital das Empresas Rurais de São Borja — RS, 1970, Projeto de Tese em andamento*

*Análise Econômica e Aspectos Tecnológicos e Pesquisas Experimentais Sobre Pastagens Cultivadas e Alimentação Bovina na Estação Experimental Cinco Cruzes — Bagé — RS*

*Estudo Econômico da Propriedade Suinícola no Município de Seara — SC*

*Análise Econômica de Alguns Fatores que Afetam a Capacidade de Amortização de Empréstimos dos Agricultores e da Renda da Operação Agrícola em Relação ao Uso de Crédito — Carazinho, RS*

*A Mão-de-Obra Como Medida do Módulo da Propriedade Rural — Santa Rosa, RS*

*Análise Econômica de um Grupo de Experimentos de Fertilização e Calagem do Solo na Cultura do Trigo — Rio Grande do Sul*

*Análise do Consumo e Renda a Nível de Famílias Rurais — Campo Real, RS*

*Estudo de Administração Rural Entre os Produtores de Mandioca de Cruzeiro do Sul, RS*

*PIRETRO: Indicativos da Viabilidade Econômica*

*Análise Econômica do Uso de Corretivos na Cultura do Trigo, Safra 1969 — Ibirubá, RS*

*Descrição e Análises das Rendas em Relação ao Uso de Empréstimos em Pequenas Propriedades Rurais — Lajeado, Rio Grande do Sul*

*Produção de Leite em Santa Cruz do Sul*

*Um Modelo de Planejamento de Propriedade em Alta Tecnologia*

*Utilização da Mão-de-Obra e Níveis de Renda em Pequenas Propriedades Rurais — Santa Rosa, RS*

*A Suinocultura a Nivel de Empresa — Ibirubá, RS-1967*

*Eficiência no Uso da Terra e das Práticas Agrícolas na Produção de Soja, Trigo e Milho — Ibirubá, RS*

*Um Estudo da Propriedade Rural Quanto à sua Organização, Produtividade e Renda no Município de São Borja — Rio Grande do Sul*

*Estudo Comparativo entre Empresas Rurais que Utilizam Mecanização Própria e as que Usam Locada de Terceiros*

*Planejamento de Uma Empresa Rural Típica — Estréla, RS*

*Efeitos do Uso de Mecanização na Eficiência de Mão-de-Obra, Terra e Capital, em Empresas Agrícolas de Não-Me-Toque, RS*

*Influência dos Prazos e das Condições dos Contratos da Produtividade Agrícola e Econômica dos Arrendatários e Parceiros e Carazinho e Não-Me-Toque, RS-1970*

*Análise Econômica do Efeito Residual de Fósforo e Calcário, Através de Funções de Produção, em Pastagem e Trigo Vacaria, RS, 1966-70.*